

O STF deve cassar mandatos

» SACHA CALMON
Advogado



Isso é crime de lesa-pátria, além dos previstos no código penal do nosso país.

“Entendemos que o momento político no país requer equilíbrio e respeito a nossa Constituição e o fortalecimento da nossa democracia”, diz o comunicado assinado pelos presidentes das três frentes parlamentares: deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), da bancada evangélica, Capitão Augusto (PL-SP), da bancada da segurança pública, e Sérgio Souza (MDB-PR), que responde pela frente parlamentar do agronegócio (FPA).

A se confirmar, esse ato seria prévia de manifestação de maior alcance em defesa do indulto a Silveira, que pretendeu reunir dezenas de milhares de pessoas na Avenida Paulista, no dia 1º de maio, convocada por lideranças bolsonaristas, como a deputada Carla Zambelli (PL-SP). Foi um fracasso.

Nas redes, a convocação fala em ato “pela liberdade e pelo Brasil”. Na esfera do Legislativo, o Palácio do Planalto conta com a movimentação dos aliados para impedir a aprovação de eventual projeto de decreto legislativo, protocolado pelo PSol, para suspender os efeitos do indulto.

Uma articulação que avança, paralelamente, busca evitar a perda de mandato e

dos direitos políticos. Uma corrente jurídica sustenta que o perdão presidencial ao parlamentar não alcança a perda dos direitos políticos, o que impediria Silveira de disputar as eleições de outubro.

Bolsonaro conta com Silveira como um dos principais porta-vozes do bolsonarismo nas eleições. A ideia é que ele busque a reeleição, ou até mesmo dispute uma vaga ao Senado. Em 2018, ele ganhou notoriedade ao quebrar uma placa que homenageava Marielle Franco.

Deputados governistas devem apresentar nos próximos dias um texto para garantir que a palavra final sobre a perda de mandato seja do Poder Legislativo. Um recurso com esse objetivo foi protocolado no STF na última semana pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diz Lu Aiko Otta.

A ideia é disparatada. Se toda decisão do Supremo que decreta prisões não cassar os mandatos legislativos, executivos, ou judiciais vitais dos deputados, senadores, prefeitos, governadores e até presidentes, dormirão nas prisões e sairão todo santo dia para o presidir ou legislar e julgar. O Brasil é o mesmo de sempre, o país do futebol e do carnaval. Um país cujos cidadãos e seus representantes são verdadeiros pândegos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve as multas de Daniel Silveira, fixada em R\$ 15 mil por dia, primeira reação pública do STF ao gesto do presidente Jair Bolsonaro de anistiar Silveira. Embora o indulto seja uma prerrogativa presidencial, a concessão da graça ao bolsonarista, condenado por fazer ataques e ameaças a ministros da Corte nas redes sociais, repercutiu entre juristas e na classe política como uma provocação de Bolsonaro à Corte Constitucional. Aliás, a graça é apadrinhamento de reis. Deveria ser erradicada da CF.

O ato também ganhou contornos de desafio pessoal ao ministro Alexandre de Moraes, relator do processo contra Silveira e autoridade que estará presidindo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de outubro. O Supremo entende que nem a condenação nem o indulto afastam a obrigatoriedade de Daniel Silveira respeitar as medidas impostas a ele anteriormente, como o uso da tornozeira eletrônica. Ele é um bandido.

Silveira foi condenado pelo STF numa quarta-feira. No dia seguinte, Bolsonaro publicou o decreto alegando que o perdão da pena era necessário devido à “legítima comoção” da sociedade com a sentença imposta ao deputado, ato de chefe de gangue. De lá para cá, segundo apurou o *Valor*, Silveira estaria descumprindo as medidas cautelares impostas por Moraes no curso do processo e referendadas pelo plenário da Corte por maioria de votos.

Segundo fontes do STF, mesmo após a condenação e o decreto de Bolsonaro — que já está sendo questionado na Corte pela oposição — as cautelares continuam vigentes. Em paralelo, a ministra Rosa Weber foi sorteada relatora das ações que pedem a suspensão do perdão concedido a Silveira.

As ações foram movidas por PT, PDT, Rede Sustentabilidade e Cidadania e aguardam despachos de Rosa. O ministro Luís Roberto Barroso evitou se manifestar sobre o tema durante sua participação no evento Brasil Summit Europe 2022, promovido pela Hertie School, de Berlim. O ministro informou que não poderia comentar o indulto porque a questão “possivelmente vai voltar ao Supremo”. Não cabe falar no estrangeiro de coisas nossas.

Lideranças das frentes parlamentares evangélica, da segurança pública e do agronegócio querem promover um “ato cívico em defesa da liberdade de expressão” na quarta-feira, com a participação do presidente Bolsonaro, em defesa do indulto a Silveira. Mas liberdade de expressão não inclui incitamento ao homicídio doloso dos juízes da corte.

Inovações para reverter a desindustrialização no Brasil

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

A indústria de transformação respondia por 27,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1986, mas foi perdendo espaço ao longo dos anos, chegando em 2020 a 11,3% do PIB, resultado do fenômeno conhecido por desindustrialização. A perda de dinamismo na indústria é preocupante, pois este setor é essencial para estimular a produtividade e o crescimento da economia, gerar superávits comerciais, produzir inovações tecnológicas e irrigar o desenvolvimento regional.

São muitas as causas apontadas para explicar a desindustrialização brasileira, com destaque para instabilidades políticas, sobrecarga tributária e ausência de uma estratégia de Estado que remova limitações estruturais e amplie a capacidade e a ousadia da indústria nacional. E o Brasil perde a oportunidade de fazer transição para a indústria o sucesso da sua agricultura, que poderia, com estímulos adequados, habilitar o país a inovar mais e alcançar mercados de alta intensidade tecnológica com produtos e processos industriais diferenciados.

Mas, infelizmente, muitos ainda tratam a agricultura com preconceito, taxando-a como atividade associada ao subdesenvolvimento e ignorando avanços tecnológicos que estão viabilizando vínculos do setor com indústrias cada vez mais diversificadas e sofisticadas. Pela sua natureza, a agricultura tem o poder de impactar um amplo sistema de negócios e indústrias, envolvendo fornecedores de insumos e serviços, processadores de alimentos, fibras, energia e materiais, o sistema de armazenagem e transporte, gastronomia, comunicação e marketing, finanças, gestão de riscos, etc.

Essa relação se fortaleceria no Brasil se políticas e estímulos promovessem mais sinergia entre o setor industrial e o agronegócio,

que é o segmento mais robusto da economia brasileira. Como o país seguirá reconhecido como um importante provedor para o sistema alimentar global, essa robustez tenderá a se ampliar. E a indústria brasileira poderia participar mais ativamente da inevitável sofisticação das cadeias do agro, em resposta a avanços tecnológicos e à agenda da sustentabilidade, que estimulam inovação em variados segmentos agroindustriais.

Pelas implicações que tem na saúde e bem-estar das pessoas, no meio ambiente e na economia dos países, a agricultura é atividade que exige cada vez mais precisão, profissionalismo e exatidão em todos os seus processos, com inúmeras oportunidades para a indústria. O barateamento de sensores e da automação digitalmente pilotada já fortalece processos de precisão no campo, com equipamentos guiados por satélite, operando com grande exatidão, economia de insumos e redução de impactos ambientais. É a chamada agricultura de precisão, que envolve variados setores industriais.

É exatamente no campo da agricultura de precisão que cresce no Brasil o empreendedorismo de base tecnológica, com expressivo número de startups que se beneficiam da desejável complementação da pesquisa pública com a iniciativa privada. Processo semelhante ocorre na bioeconomia, com indústrias produtoras de inoculantes, promotores de crescimento, biofertilizantes, nutrição animal, defensivos biológicos, etc., que atendem a consumidores que exigem produtos e processos seguros, limpos e de baixo impacto ambiental.

A agricultura já avança também no campo do biorefino, com a ampliação de exigências de descarbonização em praticamente todos os ramos industriais. O país já é referência na produção e comercialização de

açúcar, etanol, biodiesel, bioeletricidade, biogás e carbono, mas o interesse por derivados da biomassa como componentes industriais renováveis e de baixo impacto é crescente. A Embrapa, universidades e empresas já desenvolvem soluções de biorrefinaria para conversão de biomassa e resíduos agroindustriais em bioprodutos para múltiplas indústrias.

Estudos de transição nutricional já indicam alterações no padrão de consumo e dietas em âmbito global nas próximas décadas, com impacto nos mercados. E consumidores cada vez mais informados e exigentes já forçam países a buscar maior diversidade e autonomia alimentar, sinal de que o Brasil precisa fazer escolhas cuidadosas para o futuro. É prudente, por exemplo, repensar prioridade para poucas commodities e exportações de baixo valor agregado, buscando posição de produtor também ativo na fronteira da inovação, com um setor agroindustrial que participe da geração de produtos e processos que moldarão o futuro dos alimentos no mundo.

O Brasil tem uma agricultura forte, mas dificilmente se tornará um país forte sem uma indústria ousada, competitiva e exportadora. É por isso que diversificar, especializar e agregar valor à produção agropecuária nacional é, mais que uma necessidade, um imperativo para o futuro. Frente à desindustrialização que vivemos, esta é uma janela de oportunidade que se abre para a criação de valor pela indústria nacional, tanto para o desenvolvimento de novos produtos e processos, como para reinvenção de setores tradicionais, como o do café, um produto simbólico do Brasil, exemplo clássico da nossa desconexão das cadeias de valor de grande sofisticação e rentabilidade. O país produz, colhe e exporta grãos de café com competência, mas ainda não aprendeu a produzir riqueza com a bebida.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Edifício sem portas ou janelas

Enquanto a terceira via minguava a olhos vistos, deixando milhões de eleitores literalmente sem chão, pendurados no teto pelo pincel, as duas pinças pontiagudas do venenoso extremismo político seguem preparando o que pode ser o bote final.

É tudo o que falta para levar à morte toda uma nação, que não se alinha, nem de um lado nem de outro, encurralada que está nesse ringue entre a jararaca e o perigoso escorpião. A inexperiência nas artes de fazer política, sobretudo naquele tipo de política à brasileira, em que a prestidigitação e o embuste são ferramentas essenciais para iludir o eleitor, fez de Sérgio Moro um candidato impossível de se encaixar no gigantesco e pré-ordenado edifício das eleições nacionais. Ciro não é terceira via. É apenas o rebotalho de um velho sistema que teima em não sair de cena.

Nos infinitos labirintos dessa mega construção, arduamente e pré-desenhada por dentro, não há espaços para alternativas ou candidatos desprovidos de peçonha letal. O que temos pela frente não são disputas civilizadas e dentro do que o inocente e vestal eleitor imagina. O que há, de fato, é uma batalha ou um UFC que apontará o próximo vitorioso, que virá justamente para derrotar a cidadania.

Pelo o que foi visto até aqui, o menos pior, entre esses lutadores verdugos, é o que está à direita do ringue, embora suas chances de vitória, dentro das quatro cordas do tablado de lona, sejam menores, porque, evidentemente, mais tolhidas por um sistema complexo que parece permear todo Estado. É nessa equação de soma zero que o perdedor já está determinado na figura de uma nação inerte.

Pobre democracia, que aplina o terreno para uns, embarreira para outros, deixando sem saída dezenas de milhões de cidadãos de bem, num país em que essas antigas virtudes são vistas hoje como escandalosas. Surpreende que um país com mais de cinco séculos de história ainda tenha que conviver com o espetáculo insano da política nacional. Pior ainda é que nesse país parece ter perdido a graça de vez. E, agora, nem o rinoceronte Cacareco, nem o chimpanzé Tião poderão nos defender no próximo pleito de outubro.

No meio dessa loucura, fica a pergunta: por que o viável é inviável? E, da mesma forma, por que o inviável é viável? Num mundo onde a brutalidade e a ignorância triunfam e rendem apreços de uma parcela de eleitores oportunistas e niilistas não pode haver espaços para a construção do edifício da civilização. Seguimos amuados, como vaticinava o antropólogo Lévi-Strauss, saindo da barbárie diretamente rumo à decadência, sem ao menos conhecer os frutos da civilização. Pensar que temos ainda tantos e tantos cidadãos brasileiros, imantados pela ética e pelo saber, mas que não se apresentam, trazendo suas lanternas, porque, nesse imenso e escuro edifício erguido por esse sujeito indefinido chamado sistema não há aberturas ou portas para a entrada da luz.

» A frase que foi pronunciada

“Nunca dê as costas a um perigo ameaçador ou tente fugir dele. Se você fizer isso, você vai dobrar o perigo. Mas se você o enfrentar prontamente e sem vacilar, reduzirá o perigo pela metade. Nunca fuja de nada. Nunca!”

Winston Churchill

Situação real

» Dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que por volta de 27,5 mil crianças foram incluídas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. A destituição do poder familiar é uma medida tomada quando há o esgotamento de ações protetivas para manter a criança no próprio lar.

Turismo

» Brasília espera para o mês de junho abrigar a maior feira náutica que a cidade já teve. Esforços da Secretaria de Turismo do Distrito Federal nesse sentido são fundamentados na excelente condição de navegabilidade no Lago Paranoá e infraestrutura para receber mais de R\$ 100 milhões em negócios.

Para todos

» Na paróquia do Corpo de Bombeiros Militar, no Setor Policial Sul, o capelão, tenente-coronel Fernando Rebouças, ministra um curso de eficiência pessoal até 9 de junho, apenas às quinta-feiras. Veja os detalhes no Blog do Ari Cunha.

Para o bem

» Depois da decisão da Câmara dos Deputados que aprova medida provisória que cria sistema eletrônico de registros públicos, o que a população espera é menos burocracia. A medida vai conectar todos os cartórios entre si, por meio eletrônico. A Secretaria de Economia do DF e a Receita Federal poderiam entrar na rede para compartilhar informações.

» História de Brasília

Surge, agora, o problema, porque o Exército quer construir imediatamente nos terrenos que foram cedidos pelo prefeito Paulo de Tarso. (Publicada em 23.02.1962)